MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021
IN TC 68/2020

ANEXO III
A – CONTAS DO PREFEITO

Relatório de Gestão do exercício de 2021 integrante da Prestação de Contas do Prefeito, apresentado ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, nos termos da Instrução Normativa TCEES n° 68/2020.

Guarapari / ES
Março / 2022

INTRODUÇÃO

O presente relatório compõe a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Guarapari na gestão do Prefeito Sr. Edson Figueiredo Magalhães, relativo ao exercício financeiro de 2021 e está organizado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCEES n° 068, de 08 de dezembro de 2020, que regulamenta o envio de dados e informações, por meio de sistema informatizado, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.

Os valores e índices apresentados foram apurados nos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativos ao exercício de 2021, consolidados pela Secretaria Municipal da Fazenda e as informações relativas às ações da gestão foram repassadas pelos órgãos do Poder Executivo.

A Prefeitura Municipal de Guarapari nos termos do Art. 74, da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa TC nº 68, de 8 de dezembro de 2020, apresenta a esse Colendo Tribunal de Contas o Relatório de Gestão do exercício de 2021 – Contas do Prefeito.

Mais que atender a um preceito legal, este relatório tem como objetivo demonstrar os principais aspectos da gestão econômico-financeira, com condições de oferecer uma visão da situação financeira do Município de Guarapari/ES, que de modo geral, reflete a ação administrativa do Governo Municipal, durante o exercício de 2021.

1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 Da Lei do Orçamento e da Execução Orçamentária

A Lei Municipal nº 4.513 de 22 de janeiro de 2021 e publicada em 25 de janeiro de 2021, aprovou o orçamento do Município de Guarapari/ES, relativo ao exercício de 2021, onde a receita prevista e a despesa fixada foi de R$ 589.654.891,84 (quinhentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos), admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de

R$ 176.896.467,55 (cento e setenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), conforme estabeleceu o artigo 41 da Lei nº 4.455/2020, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021:

> **Art. 41** Fica o Poder Executivo, Legislativo, IPG, CODEG, UG SEMSA E UG SETAC, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, até o limite de 30% (trinta por cento) dos seus respectivos orçamentos, de conformidade com o Art. 42 da Lei Nº. 4.320/64. (Redação dada pela Lei n° 4502/2021)

1.1.1 Receita

A Receita Orçamentária Arrecadada foi de R$399.809.386,39 provenientes de recursos próprios (tesouro) e demais vinculados. Desse valor, R$395.797.585,74 são relativas as receitas correntes e R$ 4.011.800,65 são relativas a receita de capital. Elaborou-se a tabela 1, para demonstrar a composição das receitas orçamentárias do exercício de 2021:

Tabela 1 – Demonstrativo da Execução Orçamentária da Receita

Exercício de 2021	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Δ % Repres.
Receita Corrente	490.378.545,68	395.797.585,74	80,71
Receita de Capital	37.256.346,16	4.011.800,65	6,44
Receita Intra-orçamentária	12.020.000,00	11.825.170,04	
Operações De Crédito / Refinanciamento	50.000.000,00	0,00	
Receita Total	**589.654.891,84**	**411.634.556,43**	**69,81**
Resultado da Arrecadação			

Fonte: Balanço Orçamentário – BALORC

Verifica-se que houve uma arrecadação de 69,81% (sessenta e nove vírgula oitenta e um pontos percentuais)

1.1.2 Da Despesa

A Despesa fixada na LOA para o exercício foi de R$589.654.891,84 (quinhentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos). Verifica-se que o Município realizou despesa orçamentária no

total de R$ 387.619.007,37 e intraorçamentária no valor de R$ 11.646.573,21, totalizando o montante de R$ 399.365.580,58, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa

Despesa	Fixada	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
Despesa Corrente	421.227.122,03	434.379.950,18	336.273.019,05	335.902.319,04	324.540.526,42
Despesa de Capital	139.018.545,60	154.748.027,53	51.345.988,32	51.259.408,32	47.990.956,01
Reserva de Contingência	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Intra-orçamentaria	14.879.224,21	15.429.515,23	11.646.573,21	11.646.573,21	10.603.568.57
Reserva do RPPS	14.230.000,00	14.230.000,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**589.654.891,84**	**619.087.492,94**	**399.265.580,58**	**398.808.300,57**	**383.135.051,00**
Economia Orçamentária			**190.654.891,84**		**32,29%**
TOTAL			**589.654.891,84**		

Fonte: Balanço Orçamentário – BALORC

A execução orçamentária consolidada representa 74,30% (setenta e quatro vírgula trinta pontos percentuais) da dotação atualizada, conforme se evidencia na tabela acima.

2 EXECUÇÃO FISCAL

2.1 Gastos com Pessoal

Conforme se verifica na tabela abaixo, o Poder Executivo cumpriu com o limite de gastos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, encerrando o exercício com os seguintes valores:

Tabela 3- Despesas com Pessoal do Poder Executivo

DEM0NSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	2021
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESA LIQUIDADA**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**R$ 211.240.925,27**
Pessoal Ativo	R$ 151.743.206,48
Obrigaçõe Patronais	R$ 26.324.114,35
Pessoal Inativo e Pensionistas	R$ 33.173.604,44
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)	R$ -
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º da LRF (II)	**R$ 33.514.488,93**

(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R$	263.704,46
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	R$	87.071,93
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	R$	-
(-) Inativos com Recursos Vinculados	R$	33.163.712,54
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I-III)	**R$**	**177.726.436,34**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (III)	**R$**	**386.558.166,80**
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		**45,98%**
LIMITE MÁXIMO (Incisos I,II e III, art. 20 da LRF		54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF		51,30%
LIMITE DE ALERTA (VIII) (Incisos II do § do art. 59 da LRF)		48,60%

Fonte: Balancete da Receita Orçamentária de Jan a Dez/2021

No tocante ao limite legal previsto na Lei Complementar nº. 101/2000, das movimentações extraídas do Balancete da Despesa 2021, verificou-se que, o montante das despesas com pessoal (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I) foi de **R$ 177.726.436,34,** o que levou o Município a comprometer **45,98**% (quarenta e cinco vírgula noventa e oito por cento) de sua Receita Corrente Líquida no valor **de R$ 386.558.166,80,** com as despesas de pessoal do poder Executivo.

2.2 Aplicação na Saúde

A Lei Complementar 141/2012 Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo.

> Em seu artigo 7º estabelece:
> Art. 7º Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Verifica-se, conforme tabela 4, que o Município atendeu a legislação, aplicando no exercício de 2021, o percentual de **33,38%** (trinta e três vírgula trinta e oito pontos percentuais) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços públicos de saúde.

Tabela 4 – Aplicação de recursos na Saúde

Destinação de recursos	Valor
Receitas provenientes de impostos	93.711.951,34
Receitas provenientes de transferências	118.112.619,71
Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde	211.824.571,05
Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde	**70.705.380,89**
% de aplicação	**33,38%**

Fonte: Balancete da Receita/Despesa

2.3 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Carta Magna de 1988 estabelece que os Municípios deverão aplicar 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tabela 5 - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Destinação de recursos	Valor
Receitas provenientes de impostos	93.711.954,34
Receitas provenientes de transferências	118.112.619,71
Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino	211.824.571,05
Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	**40.160.818,36**
% de aplicação	**18,96%**

Fonte: Balancete da Receita/Despesa

Com base na documentação que integra a prestação de contas anual, pode–se verificar que o Município, no exercício de 2021, aplicou **18,96%** (dezoito vírgula noventa e seis pontos percentuais) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No entanto, com o avanço da situação pandêmica que se estendeu para o ano de 2021 e o desequilíbrio fiscal vivenciado nesse período em decorrência dos impactos causados pela Covid-19, o Município encontrou desafios na execução do orçamento público da educação e no cumprimento da obrigatoriedade constitucional de aplicação mínima de 25% em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) das receitas resultantes de impostos, ao mesmo tempo em que foram impostas pela pandemia limitações de convívio social, devido ao fechamento das escolas para as aulas presenciais em boa parte do ano letivo.

Em uma breve análise no que se refere à dimensão da dinâmica de alteração imposta pela pandemia no calendário escolar, o ano letivo teve início em 01 de março, o que já se torna um agravante, considerando que, em anos de curso normal, as aulas têm início nos primeiros dias úteis de fevereiro. Em março, foi possível o cumprimento de apenas 15 (quinze) dias letivos presenciais, em formato híbrido, ou seja, com revezamento semanal de alunos, pois, logo que houve o início das aulas, aconteceu um severo agravamento da pandemia que forçou o fechamento das escolas. As aulas permaneceram em formato totalmente remoto praticamente até a metade do ano, havendo retorno presencial a partir de 21 de junho, em formato híbrido.

De junho a dezembro se manteve o ensino híbrido, com a frequência de metade dos alunos em cada semana, tendo sido permitido, ainda, o ensino totalmente remoto, por meio do qual parte das famílias optou por não enviar seus filhos para a escola, com manutenção do acesso às aulas a distância. Dos 200 (duzentos) dias letivos, 79 (setenta e nove) foram em formato totalmente remoto, o que representa 40% (quarenta por cento) das aulas sem funcionamento das escolas.

O calendário letivo rege as ações no âmbito educacional e, conforme exposto, logo no início do ano, o agravamento da pandemia trouxe nova instabilidade na execução dos planejamentos, mediante o cenário incerto de mais um ano que poderia transcorrer com escolas fechadas. Logo, a suspensão das aulas presenciais se torna fator determinante para a redução de despesas com a educação, visto que, com a necessidade de adoção dos ensinos remoto e híbrido no ano de 2021, houve a redução da frequência de alunos e servidores nos espaços escolares e, consequentemente, a redução dos gastos permanentes com a manutenção da educação.

O Município de Guarapari, assim como todo Ente Federativo, realizou seu planejamento orçamentário e financeiro das ações governamentais de cada exercício, no ano de 2020, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), elaborada com base nas metas e prioridades do Município definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece a ligação entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Assim sendo, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas, indicando as prioridades definidas para cumprimento dos gastos e investimentos.

Para o exercício de 2021, a Lei Orçamentária Anual (LOA), materializada por meio da Lei Municipal nº 4.513/2021, fixava as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, de forma a alcançar o índice constitucional, contemplando os gastos permanentes com a educação, que são: transporte escolar, merenda escolar, despesas com água, luz, telefone, material didático, combustível, material de limpeza, substituição de professores afastados e outros inúmeros dispêndios necessários ao funcionamento em caráter de normalidade do ambiente escolar.

Ocorre que, a calamidade provocada pela Covid-19, caracterizada sem dúvida nenhuma como fato superveniente e de proporções incalculáveis, não pode ser ignorada e a utilização dos recursos públicos que deixaram de ser necessários em virtude da suspensão das aulas presenciais devem passar por planejamento para sua utilização de forma a garantir eficiência, eficácia e efetividade. Assim, qualquer aquisição, para fins compensatórios das despesas não efetuadas em razão da suspensão das aulas, teve de ser cuidadosamente planejada, visto que despesas com investimento em sua maioria geram despesas futuras com manutenção, podendo trazer um desequilíbrio nas finanças públicas.

O volume de recursos que deixou de ser aplicado e que constava na previsão orçamentária do Município, inclusive com empenhos já emitidos, que tiveram que ser cancelados, foi na ordem de **R$ 4.139.129,97 (quatro milhões cento e trinta e nove mil, cento e vinte e nove reais e noventa e sete centavos)**, o que demonstra valores expressivos que comprometeram o cumprimento do preceito constitucional na aplicação dos recursos em Educação.

Destaca-se neste item, a importância de planejamento nas aquisições a serem realizadas, bem como a complexidade que envolve os processos de compras públicas, itens que devem ser considerados na aplicação de recursos em investimentos. Não é razoável exigir que o Município seja obrigado a efetuar despesas com investimentos em substituição às despesas com manutenção sem um planejamento efetivo, apenas para alcançar os 25% estabelecidos pela Constituição Federal tratando-se de um mais uma ano atravessado pela excepcionalidade pandêmica.

A não aplicação do limite constitucional se deve, exclusivamente, à redução de despesas de natureza corrente, não afetando os gastos com investimentos em infraestrutura e equipamentos que seguiram a programação orçamentária para o exercício, garantindo-se a qualidade educacional necessária, tendo sido executadas aquisições de diversos itens, como laboratórios de ciências, instalação de internet fibra ótica em todas as escolas municipais, inclusive com acesso wi-fi, livros literários, eletrodomésticos, mobiliários em geral, playgrounds, entre outros, através de recursos próprios e federais, estes últimos que também precisaram ser aplicados de acordo com os percentuais estabelecidos.

Dessa forma, a fim de garantir acesso à aprendizagem no período de pandemia, por meio do ensino remoto e/ou híbrido, a Secretaria Municipal da Educação, junto ao corpo técnico-pedagógico, desenvolveu intervenções pedagógicas para a implantação de atividades de complementação escolar para o acesso dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Guarapari/ES durante a pandemia do Novo Coronavírus, regidas pelas Portarias SEMED nº 008/2020 e nº 009/2020. Nesta esteira, foi mantido o Programa de Atividades Complementares (PAC), iniciado em 2020, objetivando consolidar as ações pedagógicas direcionadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino no período atípico de aulas, incluindo a participação efetiva dos profissionais da educação, bem como o monitoramento das atividades realizadas pelos alunos.

As atividades foram dispostas semanalmente para estudantes das etapas da Educação Infantil (creche e pré-escola), Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, bem como para as modalidades da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, tendo como objetivo fortalecer o vínculo entre a escola e as famílias e, mais especificamente, manter a rotina dos alunos com o processo de aprendizagem, buscando promover possibilidades de conhecimento e informação em período de distanciamento social e de aulas híbridas.

Foi dada continuidade ao canal oficial para acesso às atividades pedagógicas, por meio do site do “Núcleo de Tecnologia Educacional”, disponível no endereço eletrônico: https://www.nteguarapari.com/, acessando as abas “espaço do estudante >> atividades de complementação escolar”, ou, diretamente pelo link: https://www.nteguarapari.com/atividades-complementacao-escolar, contendo atividades interativas, jogos, vídeos, videoaulas e aulas de música, por exemplo:

Importante considerar que a realização das atividades pedagógicas disponibilizadas não se caracterizaram pela mera substituição das aulas presenciais, mas, pelo uso de práticas pedagógicas que possibilitassem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular, no Currículo do Espírito Santo, nas Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Guarapari e nas propostas pedagógicas de cada unidade escolar, visando, ainda, evitar os desníveis na aprendizagem e a perda do vínculo com a escola, o que poderia levar à evasão escolar.

Paralelo a isso, as escolas elaboraram atividades extras, enviando às famílias, por meio de WhatsApp, Facebook, blogs, e-mail, entre outros, a fim de promover maior interação com os estudantes e se aproximarem ainda mais da realidade de aprendizagem de cada turma, complementando o material formulado pelo Município. Tratou-se de uma iniciativa de cada professor ou de cada escola, articulada pela Secretaria Municipal da Educação - Semed.

Além da intensificação das atividades remotas, entre as ações do PAC, houve a entrega de atividades impressas aos familiares/alunos direto na escola. Embora não tenha sido o eixo principal do Programa, essa ação foi necessária mediante o fato de muitos pais/responsáveis preferirem a atividade impressa por ser algo que estão mais familiarizados e, em grande parte dos casos, por não dominarem a tecnologia. Isso significou um aumento considerável de gastos, por exemplo, com cópias e impressões, mas que não foram suficientes para alcançar os percentuais de aplicação, mediante a redução dos gastos já citados.

Também houve a abertura dos laboratórios de informática das escolas para que os alunos, mediante agendamento, pudessem se utilizar da ferramenta, o que colaborou de forma significativa para a realização das atividades pelos alunos. Tanto a entrega de materiais impressos, quanto a disponibilização dos laboratórios de informática, aproximaram os alunos da escola, mantendo o vínculo com as instituições. Desta maneira, tomando as medidas sanitárias e de distanciamento social, estas estratégias incorporaram o PAC e auxiliaram no êxito do Programa.

A Secretaria Municipal de Educação anunciou massivamente a disponibilização das atividades não presencias por meio de rede de televisão local e chamadas

diárias/inserções na rádio Colina Notícias. Além disso, foram feitas divulgações em grupos de WhatsApp e demais redes sociais das comunidades escolares, bem como divulgação no site da PMG e publicações no Instagram da Semed e da Prefeitura. Também foram afixados cartazes nas Escolas e em pontos de comércios nos bairros e foi realizada a entrega de informativos junto aos kits de merenda.

Destaca-se, ainda, o grande envolvimento das escolas e dos profissionais da educação na execução das ações do Programa de Atividades Complementares (PAC), bem como a crescente adesão das famílias e dos alunos à realização das atividades pedagógicas não presenciais on-line e impressas.

Portanto, o município não deixou de investir em educação. O que houve foi a redução de gastos que, por motivo de força maior, interferiu na sua execução da forma como planejada. Frisa-se que o município de Guarapari vem de um histórico de investimento em informatização das escolas, com aquisição de computadores, montagem de laboratórios, instalação de internet e programas e softwares, tratando de uma tecnologia educacional incorporada a um projeto pedagógico, que recupere a defasagem e melhore os resultados educacionais e não desenvolvida de forma aligeirada e sem aporte.

Isto posto, solicita-se a análise das justificativas apresentadas, na forma do artigo 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), que estabelece que “[...] na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo”, no sentido de considerar que o enfoque de fiscalização precisa se pautar nos aspectos qualitativos e não apenas na aplicação mínima, ou seja, é preciso considerar a aplicação com eficiência e com qualidade, mantendo o compromisso com o erário em não promover compras e investimentos de maneira desordenada para atingir percentuais.

Outra questão relevante a ser considerada é a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 13/2021, aprovada em 1º turno no Senado Federal. O texto da Emenda Constitucional acrescenta o artigo 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna, e estabelece que, em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de covid-19, os estados, o Distrito Federal, os municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser

responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento — exclusivamente, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021 — do que está previsto no artigo 212 da Constituição Federal. A compensação financeira dos recursos não investidos em educação em 2020 e 2021 deverá ser feita até 2023.

Nota-se que a PEC 13/2021, surgiu exatamente em decorrência das dificuldades dos Municípios em utilizarem os recursos da educação não aplicados por conta dos efeitos da pandemia. A medida tem caráter transitório e visa garantir a aplicação integral dos recursos previstos para a Educação até o exercício de 2023, por meio de um planejamento adequado com qualidade, evitando o desperdício de recursos públicos, garantido mais qualidade na execução das despesas e oportunizando, ainda, tempo hábil para o planejamento dos gastos.

Salienta-se, que assim como a PEC 13/2021, esta solicitação apresentada em forma de justificativa, é de caráter transitório, para que sejam considerados os motivos da não aplicação do percentual constitucional, somente no exercício que ocorreu a pandemia, em razão dos fatos já narrados. A não aplicação dos recursos neste período não significaria redução de investimentos com a educação e sim utilização de recursos de forma responsável, no momento oportuno, com projetos voltados à realidade das dificuldades enfrentadas pelo nosso Município.

É necessário considerar que o Município atravessa um período de excepcionalidade, uma vez que, em anos anteriores, os investimentos ultrapassaram os 25%, evidenciando o caráter excepcional e transitório da situação emergencial. Portanto, executar gastos apressados, temerários e de baixa qualidade não foi estratégia desta gestão, uma vez que, mesmo com as dificuldades enfrentadas na aplicação do mínimo constitucional de 25% de investimentos na Educação durante a pandemia de Covid-19, primou-se por garantir o compromisso com o erário público, objetivando manter uma execução orçamentária que pudesse validar as reais necessidades educacionais, beneficiando o ensino público.

2.4 Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Determina Artigo 26 da Lei nº 14.113/2020 que pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos FUNDEB, serão destinados ao pagamento da

remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Tabela 6 - Destinação de recursos do FUNDEB aos profissionais do Magistério

Destinação de recursos	Valor
Receitas líquidas provenientes do FUNDEB	112.773.617,47
Rendimentos	483.647,55
Valor destinado ao pagamento dos profissionais do magistério	**81.771.707,25**
% de aplicação	**72,20%**

Fonte: Balancete da Receita

De acordo com dispositivos legais, a Prefeitura Municipal de Guarapari aplicou 72,2% dos Recursos do FUNDEB no exercício de 2021, somando um montante de R$ 81.771.707,25 (oitenta e um milhões, setecentos e setenta e um mil, setecentos e sete reais e vinte e cinco centavos) na remuneração dos servidores da educação básica, compreendendo o ensino infantil e fundamental.

2.5 Operação de Crédito e Concessão de Garantias

De acordo com Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, o Município não realizou Operação de Crédito no exercício de 2021, e não houve concessão de garantias ou recebimento de contragarantias.

Desse modo, apresenta-se, nas tabelas a seguir, com base nas demonstrações contábeis que integram a prestação de contas, os montantes e limites de operações de crédito contratadas pelo município, apurados ao final do exercício em análise:

Tabela 7 - Operações de Crédito (Limite 16% RCL)

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida – RCL	
Montante global das operações de crédito	0
% do montante global das operações de crédito sobre a RCL	**0,00%**
Amortização, juros e demais encargos da dívida	0
% do comprometimento anual com amortização, juros e encargos da dívida sobre a RCL	**0,00%**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

Tabela 8 - Garantias Concedidas (Limite 22% RCL)

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida – RCL	
Montante global das garantias concedidas	0
% do montante global das garantias concedidas sobre a RCL	**0,00%**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

Tabela 9 - Operações de Crédito – ARO (Limite 7% RCL)

Descrição	Valor
Receita Corrente líquida – RCL	
Montante global das operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias - ARO	0
% do montante global das operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias sobre a RCL	**0,00%**

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

2.7 Transferências de recursos ao Poder Legislativo

Com base na documentação que integra a prestação de contas, apuraram-se os valores transferidos pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, a título de duodécimo, no decorrer do exercício em análise, conforme demonstrado sinteticamente na tabela a seguir:

Tabela 10 – Repasse ao Poder Legislativo

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR
IPTU	R$ 32.476.801,79
IRRF	R$ 8.027.545,09
ITBI	R$ 16.029.442,02
ISS	R$ 30.216.865,22
TAXAS	17.122.020,03
FPM	R$ 49.328.617,48
ITR	R$ 45.285,07
CIDE	R$ 104.586,05
ICMS	R$ 29.757.124,28
IPVA	R$16.478.618,36
IPI	R$ 523.268,17
TOTAL DE RECEITAS TRIBUTARIAS E CONSTITUCIONAIS	**200.110.173,56**
Gasto do Legislativo - 6,00%	R$ 12.006.610,41
Valor Transferido	12.006.610,44
Diferença	**0,04**

Fonte: Balancete da Receita/Balancete de Verificação

3 DÍVIDA ATIVA

Conforme Manual de Contabilidade Pública, a Dívida Ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamentos definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

O Município possui um montante de R$ 946.194.119,31, inscrito em Dívida Ativa no Balanço Patrimonial deste Município, em conformidade com o Demonstrativo da Dívida Ativa gerado pelo sistema de tributos.

Tabela 11 – Dívida Ativa Tributária

Saldo anterior - DEMDAT	891.941.415,98
Acréscimo no exercício - DEMDAT	76.672.919,98
Baixas no exercício - DEMDAT	22.420.216,65
Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a)	**946.194.119,31**
Saldo contábil (b)	946.194.119,31
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: DEMDAT/BALPAT

Em relação à Dívida decorrente dos demais créditos não tributários, cumpre informar que o Município possui o total de R$ 27.913.466,55 registrado no sistema de contabilidade com base no relatório do sistema de tributos, conforme evidenciado abaixo:

Tabela 12 – Dívida Ativa Não Tributária

Saldo anterior - DEMDAT	26.919.861,57
Acréscimo no exercício - DEMDAT	1.675.766,05
Baixas no exercício - DEMDAT	682.161,07
Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a)	**27.913.466,55**
Saldo contábil (b)	27.913.466,55
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: BALPAT/DEMDAT

4. SINTESE DAS AÇÕES REALIZADAS

Visando maior transparência da gestão administrativa desta municipalidade, sintetizou abaixo as ações realizadas durante o exercício de 2021, nos termos subsequentes:

4.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

4.1.1 Programa de formulação e implantação de medidas fiscalizatórias e de atendimento aos contribuintes:

a) Formulação de novo Decreto de classificação de risco, para adequação as alterações na legislação Federal;

b) Elaboração de Decreto alterando o calendário fiscal de 2021;

c) Fiscalização de construtoras, incorporadoras e concreteiras, empresas de serviços de transporte público municipal, empresas da área de eventos e casas de show;

d) Ações fiscais direcionadas com participação de outras secretarias;

e) Continuidade na implantação do sistema SIMPLIFICA- ES através de processo eletrônico;

f) Continuidade na fiscalização de cartórios;

g) Melhoria no atendimento ao Contribuinte mantendo também o serviço via meios eletrônicos, em virtude da Pandemia;

h) Revisão da legislação de eventos junto a outras secretarias;

i) Envio de convênio com a Receita Federal do Brasil, atualmente em análise pela Procuradoria Municipal.

4.1.2 - Programa de Ações de cobranças extrajudiciais

a) as notificações de cobrança administrativa emitidas no exercício de 2021 e encaminhamentos para a cobrança junto ao órgão de Proteção ao crédito somaram um total de 8.208 (oito mil duzentos e oito) notificações, conforme informação da Câmara de dirigentes Lojistas de Guarapari – ES;

b) a geração de Certidões de Dívida Ativa (CDA) no exercício de 2021 e encaminhadas à Procuradoria Geral do Município para a formalização de Ação Judicial totalizaram 10.524 (Dez mil e quinhentos e vinte e quatro) Certidões de Dívida Ativa, conforme informação do sistema SMARTB;

c) os parcelamentos realizados no exercício de 20212 somaram 1.622 (um mil seiscentos e vinte e dois) acordos formalizados, conforme informação do sistema SMARTB.

4.2 – AÇÕES EM ESPORTE E LAZER

A SEL, seguindo as determinações das portarias do Governo Estadual assim como os Decretos do Município de Guarapari e deliberações do Comitê Geral de Operações Especiais em Saúde - (CGOES-COVID-19), realizou eventos esportivos somente quando a classificação de risco no município se apresentou como baixo ou moderado, seguindo os protocolos de prevenção da COVID-19.

4.2.1 Eventos realizados com a participação da Secretaria de Esporte e Lazer – 2021:

- "1ª Volta à Ilha de São Pedro VA'A" - (Julho);
- "1ª Travessia de São Pedro - (Julho);
- Corrida Guarapari 130 anos - (Setembro)
- 1° Campeonato Municipal de Street Skate de Guarapari - (Setembro);
- Participação da Equipe Guarapari/SEL na Copa ES de Futsal - (Setembro);
- 1º Circuito Capixaba de Wrestling, (Luta Olímpica) - (novembro);
- Participação da Equipe Guarapari/SEL Campeonato Estadual de Beach Soccer (novembro);
- Participação das Equipes Guarapari/SEL Futsal infantil em várias categorias no Campeonato Estadual de Futsal - Campeão Sub. 9 2021.

4.2.2 Eventos apoiados pela Secretaria de Esporte E Lazer – 2021:

- Travessia Praia da Areia Preta x Peracanga - (Janeiro);
- Campeonato Guaralta de Altinha - (Julho);
- 1ª Etapa do Circuito Profissional da Superliga de Surf Capixaba - (Julho);
- Capixaba de Ferro / HALF e FULL DISTANCE - (agosto);
- Islands Race - (Setembro);
- Travessia das Praias - (Setembro de 2021);
- Campeonato de Pesca Esportiva FESTA DA CIDADE (Setembro)
- Capixaba de Ferro / STANDARD e DUPLO STANDARD - (Outubro);
- Copa das Comunidades de Futebol Amador 2021, BUENOS AIRES (Outubro);
- Rota Sudeste de Vôlei Master - (novembro);
- I Circuito Odonto Company de Moutain Bike Guarapari - (novembro);
- Campeonato Brasileiro de Pesca Esportiva - (novembro);
- Apoio com transporte/SEL à equipe do Guarapari Futebol Clube para participação do

Campeonato Estadual Sub 17.

4.2.3 Projetos realizados pela Secretaria de Esporte e Lazer:

- Projeto Vôlei MIG – MELHOR IDADE GUARAPARI;
- Projeto Acqua Vida – HIDROGINÁSTICA;
- Projeto Guarapari/SEL Futsal Infantil;
- Projeto Luta Olímpica Guarapari/SEL;
- Projeto Campeões do Futuro (Modalidades: Futsal, luta olímpica, body board…);
- Projeto Capixaba Vôlei;
- Projeto Guarahand;
- Projeto JIU-JITSU "Leões de Judá";
- Escolinhas de Ginástica Rítmica e Jiu-Jitsu - "Complexo Esportivo.

4.3 – AÇÕES EM MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

A municipalização da questão ambiental é apontada como um passo evolutivo importante na gestão ambiental descentralizada e na institucionalização da participação popular, aspectos consagrados em 1988 pela Constituição Federal, mas previstos desde 1981, com a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Ordinária 6.938) (Brasil, 1981).

Como órgão responsável pela política municipal de Meio Ambiente e Agricultura, promovemos a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável no Município. Dentre as atividades realizadas, temos as seguintes ações:

4.3.1 Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental instituído pela Lei Municipal 3372/2012 e regulamentada pelo Decreto 461/2019 e IN 001, 002 e 003 do respectivo ano. Em 2021, apesar dos grandes desafios de enfrentamento da Covid19, continuaram ocorrendo a instalação de empreendimento no Município, gerando emprego e renda, bens e serviços, contribuindo de certa forma para a arrecadação do município de Guarapari.

4.2 Parque Natural Municipal Morro da Pescaria

A Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Morro da Pescaria é uma unidade do grupo de proteção integral (SNUC – LeiNº9.895/2000). Foi criada pelo poder público municipal através da Lei. 2.790/2007, abrangendo o Bioma Mata Atlântica. Devido a sua

representatividade para esse bioma tão ameaçado, recebeu o título de “Posto avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”. Em dezembro de 2019 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura realizou a elaboração do “Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Morro da Pescaria”, através de uma Comissão Especial de Elaboração do Plano de Manejo (Portaria Gabinete Nº 127/2017).

4.2.1 Visitas Monitoras

Em 2021 foram realizadas apenas 4 visitas Monitoradas na Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Morro da Pescaria (de janeiro a dezembro). Tais visitas aconteceram em setembro, novembro e dezembro, logo após o retorno parcial das aulas nas escolas municipais e estaduais, todas as 4 visitações aconteceram por parte de escolas do município.

4.2.2 Resgate de fauna silvestre

Ao longo do ano de 2021 foram realizados cerca 80 resgates de várias espécies animais como: gambá, ouriço-cacheiro, jiboia, carcará, falcão, tamanduá entre outros. Nota-se um considerável aumento do número de resgates entre junho e julho assim como em dezembro e janeiro.

4.2.3 Pesquisas

E m fevereiro de 2021, um grupo de pesquisadores que participam do Programa de Resgate de Fauna Silvestre, durante a supressão de vegetação do empreendimento Alphaville Três Praias, no município de Guarapari – ES, fizeram a soltura de um espécime de ouriço-preto (nome científico: Chaetomys subspinosus), que é uma espécie de roedor da família Erethizontidae que é endêmico da porção central da Mata Atlântica, do sul do estado de Sergipe, Bahia, Espírito Santo até o norte do Rio de Janeiro.

4.3 Educação Ambiental

É um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, sendo objeto constante de atuação direta da prática pedagógica, das relações familiares, comunitárias e dos movimentos sociais na formação da cidadania. Nesse Sentido, no ano de 2021 foram realizadas diversos projetos, ações e eventos de modo a fomentar e colocar em prática toda a parte conceitual que envolve a Educação Ambiental.

4.4 Projetos

4.4.1 Projeto de Cercamento das Vegetações Características de Área de Restinga e Manguezal

Embasando-se na definição e importância dos Manguezais e Restingas e considerando que ambos estão inclusos como Área de Proteção Permanente segundo a Lei n.º 12.651/2012, o Projeto em questão tratou-se do cercamento da restinga outrora queimada por suposta ação antrópica ao final da Praia de Setiba.

4.1.2 Projeto De Cercamento da Zona de Proteção Natural – ZPN da Área de Proteção Ambiental – APA de Setiba.

O desenvolvimento do Projeto em tela foi finalizado em meados do mês de março de 2021, com satisfação dos moradores do entorno, uma vez que há uma proteção do Meio Ambiente nos limites do Parque Estadual Paulo César Vinha, frente as futuras invasões para construções de casas e outros. Além de antedermos o Plano Diretor Municipal e suas alterações que se encontram em vigor.

4.1.3 Projeto Piloto de Gestão de Resíduos Sólidos no Meio Rural de Guarapari com a utilização de Composteira Manual de Material

O projeto piloto de gestão de resíduos sólidos no meio rural de Guarapari com a utilização de composteira manual de material reciclado, de idealização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, visou a melhor destinação e redução dos resíduos sólidos no meio rural de Guarapari, com a utilização de composteira manual de material reciclado.

4.1.4 Projeto Eco ponto

O Projeto em questão visou a destinação correta dos materiais eletrônicos descartados pelos moradores, de modo que os mesmos não sejam descartados incorretamente no Meio Ambiente e por consequência, evitar a poluição por componentes químicos, por exemplo, nos corpos hídricos.

4.1.5 Projeto Óleo Sustentável

O Projeto Óleo Sustentável visou a destinação correta do óleo de cozinha usado. Frente as comemorações do Dia Mundial da Água, dia 22/03, a Secretaria criou o Projeto em questão de modo que foram distribuídos em 6 supermercados de Guarapari, bombas para a destinação correta do óleo de cozinha usado.

4.1.6 Projeto Educa+Parque

No mês de julho, deu-se início a elaboração do Projeto em questão. O Projeto de Educação Ambiental "Educa+Parque – Vamos Conhecer e Preservar?", em parceria com a Coordenação da Unidade de Conservação – Parque Natural Municipal Morro da Pescaria e a Secretaria Municipal de Educação, visa a preservação da flora, fauna, recursos hídricos, características geológicas, culturais, belezas naturais, além de promover o desenvolvimento sustentável, dentre outros fatores que contribuem para a preservação ambiental desta Unidade de Conservação e de todas as áreas relacionadas, através da transversalidade da Educação Ambiental junto as Escolas Municipais, Estaduais e Privadas da Rede de Ensino, mediante ao cronograma de execução pré-estabelecido.

4.1.7 Projeto de Recuperação da Restinga da Enseada Azul (Guaibura, Peracanga e Bacutia)

Através da compensação ambiental realizada pela empresa P12, onde foi contratada a empresa P2 ambiental, foi realizada a recuperação da restinga das praias de Guaibura, Peracanga e Bacutia, contemplando a limpeza, supressão de espécies exóticas, além de plantio de mudas nativas.

4.2 EVENTOS

4.2.1 Semana do Meio Ambiente (31/05, 01, 02 e 05/06)

A Semana do Meio Ambiente de 2021 teve uma programação diversificada e foi montada mediante as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, 05/06. Foram plantadas cerca de 40 mudas para a recuperação de nascente em uma propriedade rural, e outras ações conforme programação:

4.2.2 I Semana da Árvore de Guarapari/ES

A I Semana da Árvore de Guarapari/ES teve uma programação diversificada e foi montada mediante as comemorações do Dia da Árvore, 21/09. Entre plantadas e doadas, foram cerca de 500 mudas no decorrer de toda a programação.

4.3 AÇÕES

Ao longo do ano de 2021 foram realizadas ações pontuais, porém específicas para cada objetivo:

- Fiscalização Ambiental;

- Fiscalização Ambiental de Disk Silêncio (Poluição Sonora).

4.4 Agricultura e Agronegócio

As metas estabelecidas para o ano de 2021 foram contempladas especialmente no tocante às capacitações e às coletas de amostras para análises laboratoriais.

- Fomento à cadeia produtiva da piscicultura;
- Início da implantação o check list do programa de autocontrole nas agroindustrias com registro no serviço de inspeção municipal;
- Eventos Com a Participação de Técnicos do SIM;
- Eventos de Qualificação de Produtores Rurais;
- Consolidação do programa de prevenção e controle a fraude econômica, a partir da contratação de laboratório para realização das análises fiscais;
- Cronograma de visitas de inspeção nos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal.

5. Gerencia de Fomento ao Agronegócio

- ✓ Implantação do Programa de Agroturismo
- ✓ Ordenamento da Feira Livre do Centro
- ✓ Cursos, reuniões e visitas de qualificação de mulheres para ações empreendedoras
- ✓ Reuniões de planejamento para fomentar a entrada de produtores rurais para comercialização de seus produtos no PNAE
- ✓ Assistência técnica
- ✓ Análise e recomendação de adubação a calagem de solos
- ✓ Assistência técnica em plantios diversos (cirrose, uva, papinha, pimenta entre outros).
- ✓ Implantação de viveiro de cana forragens (entreposto Água da Pedra)
- ✓ Atendimentos do Caminhão da Patrulha Agrícola a produtores rurais.
- ✓ Atendimento do Trator de pneus ao produtor rural.
- ✓ Curso de Cultivo de Cogumelos.
- ✓ Incentivo à cultura do abacaxi em Guarapari.
- ✓ Estímulo a Agricultura Orgânica
- ✓ Fomento a cultura da pimenta comestível.
- ✓ Distribuição de alevinos de carpa capim

4.4 – AÇÕES EM EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação no ano de 2021, desenvolveu suas atividades com atendimento a 64 (sessenta e quatro) Escolas Municipais, sendo 22 (vinte e duas) Escolas Campesinas e 42 (quarenta e duas) Escolas Urbanas, abarcando em toda a rede cerca de 20.047 (vinte mil e quarenta e sete) alunos.

Além das escolas municipais, foram desenvolvidos projetos e ações pedagógicas no Complexo Esportivo e Cultural Maurice Santos, com a prática de diversos esportes; no Núcleo de Atendimento Educacional Especializado, com o atendimento diferenciado aos alunos público-alvo da Educação Especial e; no Núcleo de Tecnologia Educacional, com ações voltadas para a formação continuada e promoção de práticas tecnológicas.

Devido às mudanças organizacionais nos espaços educacionais por conta da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), declarada em 11 de março de 2020 pela OMS (Organização Mundial de Saúde), se estendendo ao ano de 2021, houve alteração no calendário escolar. As aulas presenciais foram iniciadas em 01 de março de 2021, sendo suspensas em 17 de março de 2021, devido ao agravamento da pandemia. Foi adotado o modelo de ensino remoto, com a realização de atividades não presenciais, até o retorno presencial em 21 de junho de 2021, de forma escalonada, com revezamento semanal de alunos até o final do ano, em formato híbrido, nas escolas que não comportavam o número total de alunos ser divisão de grupos.

Foi realizado no ano de 2021 a posse de 44 servidores, oriundos do Concurso Público para o Magistério Municipal (provas e títulos), por meio do Edital 001/2019. O referido Concurso Público transcorreu regularmente dentro do período previsto, tendo sido homologado em 20/12/2019, por meio do Decreto 680/2019 e prorrogado por mais 02 (dois) por meio do Decreto nº 702/2021.

Educação Infantil

a) Elaboração da proposta de formação da Educação Infantil;
b) Programa de Atividades Complementares (PAC);
c) 45 anos da CRIARTE-CEI UFES;
d) Dia de Estudo/Planejamento Coletivo com Pedagogos;
e) Participação nos Conselhos Municipais;

f) Fórum Permanente da Educação Infantil do Espírito Santo (FOPEIES);
g) Encontros Formativos Instituto Singularidades, FMCSV e Undime – "BNCC em foco na Educação Infantil: Trajetória teórico-prática para formação professores";
h) Educação Infantil em Tempo Integral

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

a) Reuniões com Pedagogos do Ensino Fundamental – Anos iniciais;
b) Instrumento Diagnóstico e Plano de Intervenção Pedagógica;
c) Programa de Atividades Complementares (PAC;
d) Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES);
e) Teste de Fluência;
f) Olímpiadas Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas (OBMEP);
g) Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES);
h) Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB);
i) Avaliação Institucional Municipal;
j) Dia de Estudo/Planejamento Coletivo com Pedagogos;
i) Visitas Pedagógicas;
j) Rendimento Trimestral e Final;
k) Participação nos Conselhos Municipais;
l) Escola que colabora.

Ensino Fundamental II

A organização do trabalho pedagógico da equipe do Ensino Fundamental Anos Finais aconteceu por meio das ações abaixo:

a) Encontros e reuniões;
b) Reunião com Coordenadores de Área;
c) Planejamentos Coletivo – Coordenador de Área;
d) Programa de Atividades Complementares (PAC);
e) Instrumento Diagnóstico, Avaliação Institucional e Plano de Intervenção Pedagógica;
f) Dia de Estudo/Planejamento Coletivo com Pedagogos;
g) Acompanhamento dos índices escolares;
h) Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES);

i) Olímpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP);
i) Maratona Cactus de Matemática;
j) Olimpíada Brasileira de Astronomia (OBA);
k) Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG);
l) Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE);
m) Olimpíada Brasileira de Cartografia (OBRAC);
n) Olimpíada de Língua Portuguesa;
o) Visitas Pedagógicas
p) Participação em Comissões e Conselhos;
q) Projeto Encontro com Novo Ensino Médio;
r) Projeto "IFES Portas Abertas";
s) Programa Busca Ativa Escolar:

Educação do Campo

O setor da Educação do Campo é responsável pela coordenação de 14 escolas municipais localizadas no contexto campesino, sendo 05 escolas com coordenadores e 09 escolas somente com professores. Todas essas escolas não possuem Diretor, por este motivo, o setor é responsável tanto pelos aspectos pedagógicos como também administrativos.

Ao longo do ano letivo de 2021, o setor realizou diversas ações, conforme apresentamos abaixo:

a) Reunião Geral com Coordenadoras e Professoras das escolas campesinas;
b) Instrumento Diagnóstico e Plano de Intervenção Pedagógica;
c) Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES);
d) Teste de Fluência;
e) Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES);
f) Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB);
g) Avaliação Institucional Municipal;
h) Visitas Pedagógicas;
i) Rendimento Trimestral e Final;
j) Participação nos Conselhos Municipais;

k) Dia de Estudo/Planejamento Coletivo com professoras;

l) Participação em Projetos, Programas, Gincanas e Concurso.

Educação de Jovens e Adultos

Iniciamos as atividades do primeiro semestre letivo 2021 com aproximadamente 684 (seiscentos e oitenta e quatro) alunos matriculados nos turnos diurnos e noturnos. Em 17 de março iniciou a paralisação das atividades presenciais nas escolas devido a pandemia, provocada pelo vírus COVID-19. Neste período foram enviadas aos alunos por meio de blog, WhatsApp, e-mail, atividades complementares para os alunos que tinham acesso à internet. Aos alunos que não tinham acesso, as escolas disponibilizaram a impressão das atividades. Esse percurso durou até o dia 21 de junho, quando ocorreu o retorno das atividades presenciais, dando continuidade ao semestre. Especificamente para a Educação de Jovens e Adultos, por opção da maioria dos alunos, não foi trabalhado o sistema de revezamento, pois a frequência diária não ultrapassava o número recomendado pelos protocolos sanitários em combate ao Coronavírus. Apenas os alunos que apresentavam comorbidades permaneceram com o ensino remoto até o encerramento do semestre.

O segundo semestre letivo teve início com o total de 478 (quatrocentos e setenta e oito) alunos matriculados, com aulas presenciais e um pequeno número que optou pelo ensino remoto.

A organização do trabalho pedagógico da equipe da Educação de Jovens e Adultos aconteceu por meio das ações abaixo:

a) Reunião com Diretores;
b) Reunião com Pedagogos e Coordenadores de Área;
c) Reunião com Coordenadores de Área;
d) Planejamentos Coletivo – Professores de 1º e 2º Ciclos;
e) Encontros Estratégicos da EJA;
f) Visitas Pedagógicas;
g) Reformulação da Educação de Jovens e Adultos;
h) Vídeo institucional para a divulgação de rematrículas e matrículas com participação das alunas do Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos;

i) Vídeo chamado “Vozes da EJA”, com depoimentos de diretores, pedagogos, coordenadores e professores dialogando sobre os desafios e as boas práticas de trabalhar na modalidade.

Educação Especial

A Secretaria Municipal da Educação, por meio do setor da Educação Especial realizou em 2021, as seguintes formações e ações:

a) Construção do documento orientador acerca do trabalho da Educação Especial para 2021;
b) Avaliação “in loco” nas escolas para contratação de assistente de sala e ASE/cuidador no decorrer do ano;
c) Tutoria da Formação continuada: “Adaptações Curriculares e Práticas Pedagógicas da Educação Especial em tempos de pandemia” para profissionais da educação no formato on-line com 80 (oitenta) cursistas;
d) Encontro formativo com pedagogos e professores da Educação Especial;
e) Encontro formativo com as psicopedagogas do NAEE e professora de Altas Habilidades;
f) Encontro formativo com coordenadores de área;
g) Encontro formativo com professores de área do fundamental 2;
h) Implantação da oferta do contraturno de deficiência visual no NAEE;
i) Acompanhamento do trabalho itinerante em deficiência auditiva no ensino regular;
j) Visitas domiciliares de alunos considerados casos complexos em atendimento remoto;
k) Ciclo formativo da Educação Especial com Luciana Farias;
l) Acompanhamento e direcionamento de todo trabalho realizado no NAEE;
m) Visitas pedagógicas às escolas para acompanhamento do trabalho da Educação Especial (matutino, vespertino e noturno);
n) Levantamento alunos especiais para oferta da Educação Especial em escolas campesinas e educação infantil - CEMEI;
o) Elaboração de minutas de portarias junto à inspeção sobre atendimento domiciliar e terminalidade específica;
p) Acompanhamento e orientação às 26 (vinte e seis) escolas contempladas com a verba do PDDE Acessível;

q) Levantamento de materiais de papelaria e pedagógicos, mobílias, equipamentos de tecnologia assistiva para efetivação de compra - termo de referência;
r) Construção do diário eletrônico da Educação Especial junto a Tecsystem;
s) Participação no evento do Novo Ensino Médio;
t) Participação no encontro formativo – Aula como acontecimento;
u) Participação nos encontros no grupo de Escuta Especializada;
v) Participação como conselheiras no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
w) Participação na Comissão do Edital do Processo Seletivo para 2022;
x) Elaboração e aplicação da prova prática para Intérprete/Tradutor de Libras, Instrutor de Libras, Professor em Deficiência Auditiva e Professor em Deficiência Visual;
y) Visita técnica na Secretaria Municipal de Vitória para conhecer a dinâmica do trabalho da Educação Especial, especialmente, o trabalho dos surdos;
z) Construção da Política Municipal da Educação Especial – Vigência para 2022 e formação de uma comissão para revisão do documento;
aa) Atualização das matrículas dos alunos da Educação Especial no Schoolweb;
bb) Participação em reunião de pedagogos e diretores com orientações específicas;
cc) Participação no encontro de coordenadores de área com orientações específicas;
dd) Participação em encontro formativo com diretores e secretários escolares acerca do Censo Escolar e Schoolweb;
ee) Participação ativa com a APAE com o objetivo de fortalecer o trabalho em rede;
ff) Levantamento e análise de alunos especiais que necessitam de transporte escolar;
gg) Implantação e acompanhamento do primeiro atendimento domiciliar especial no Município de Guarapari;
hh) Levantamento de dados para pesquisa INEP/MEC e outras plataformas federais;
ii) Reformulação dos formulários utilizados no trabalho da Educação Especial e do NAEE;
jj) Levantamento dos alunos considerados casos complexos na rede;
kk) Participação na CONIED;
ll) Elaboração dos quadros de vagas de Remoção, Lotação, CHE, Designação Temporária para os cargos de: Professor de Educação Especial, Professor Deficiência Auditiva, Professor Deficiência Visual, Professor de Altas Habilidades e/ou Superdotação, Intérprete / Tradutor de LIBRAS, Instrutor de LIBRAS, Assistente de Sala e ASE/Cuidador. (Edital 026/2022) bem como acompanhamento e controle de vagas.

Núcleo de Atendimento Educacional Especializado – NAEE

A equipe do NAEE sempre se preocupou em desenvolver um trabalho pautado nas potencialidades, habilidades, competências e relações interpessoais de cada aluno encaminhado ao Núcleo. A valorização das potencialidades, como fator de enriquecimento educacional, foi um dos pilares na execução de todo o trabalho, assim, nosso atendimento sempre foi firmado com igualdade de oportunidades, por acreditarmos no progresso de cada aluno em função de suas possibilidades e diferenças individuais.

No ano de 2021, nossa equipe era composta por:

- 01 (uma) Coordenadora Pedagógica;
- 04 (quatro) Psicopedagogas;
- 02 (duas) Professoras de Educação Especial em Libras;
- 01 (um) Instrutor de Libras;
- 02 (duas) Professoras de Educação Especial em Deficiência Visual;
- 01 (uma) Professora de Altas Habilidades/Superdotação.

O Núcleo de Atendimento Educacional especializado realizou em 2021 as seguintes ações:

a) Reunião Geral com os profissionais;
b) Organização e decoração do nosso Espaço;
c) Planejamentos;
d) Elaboração do PDI;
e) Estruturação do horário semanal;
f) Levantamento de novos alunos para equipe multidisciplinar;
g) Entrevista com os responsáveis dos novos alunos;
h) Avaliação Psicopedagógica com os novos alunos;
i) Diagnose dos novos alunos e continuação dos atendimentos antigos;
j) Encontro Virtuais, pela plataforma “Google Classroom”, para Formação Continuada dos funcionários do NAEE;
k) Construção do documento de orientações acerca do trabalho do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado no Município de Guarapari/ES;
l) Visita às escolas para entrega dos relatórios de atendimentos realizados pelo Núcleo;
m) Participação no Evento Formativo: “Oficina Maker” para iniciação à Robótica;

n) Visita ao 10º Batalhão da Polícia Militar em Comemoração ao Dia dos Surdos;
o) Participação no Dia de Estudo: “A aula como acontecimento”;
p) Divulgação do trabalho desenvolvido no NAEE, por meio de matéria/entrevista concedida ao Portal 27;
q) Tarde de autógrafos com a divulgação de livros da Psicopedagoga Amanda Carvalho Oliveira e do aluno de Altas Habilidades Samuel Soares Lopes.

Nas ações realizadas durante a suspensão das aulas presenciais, devido à Pandemia – Covid-19, buscamos perpassar barreiras que de alguma forma pudessem atrasar o aprendizado como um todo e, no período à distância, nos pautamos na tecnologia para disponibilizar atividades e jogos pedagógicos, nos grupos criados para pais e alunos, via aplicativo WhatsApp e e-mail, além de mensagens, ligações telefônicas, vídeos e lembranças. Essas foram algumas estratégias adotadas para potencializar os acompanhamentos psicopedagógicos e de altas habilidades/superdotação. Estreitando, ao máximo, nossos laços afetivos e fortalecendo, ainda mais, o processo ensino-aprendizagem.

Projetos Educacionais

O objetivo da Gerência de Planejamento e Projetos Educacionais é elaborar, planejar, organizar, coordenar, monitorar e executar os projetos educacionais internos e externos, atribuir tarefas, resolver conflitos e problemas, manter comunicação efetiva com os envolvidos nos projetos, identificar desvios em relação ao planejamento, adotar ações corretivas para manter o curso planejado e adequar recursos disponíveis e/ou abrangência dos projetos para outras escolas. Também faz parte das atribuições dessa gerência o suporte aos demais departamentos da Secretaria Municipal da Educação da Guarapari. Seguem abaixo os projetos realizados ao longo do ano letivo:

Projetos “Sons do Coração: Os projetos de musicalização já atendem aos alunos da Rede Municipal no contra turno há vários anos. O projeto tem como objetivo tornar o indivíduo sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, promovendo nele, ao mesmo tempo, resposta de índole musical. A música tem a capacidade de tocar a emoção da criança, de despertar sentimentos, alegria e prazer. Os projetos, nesse ano de 2021, funcionaram em formato híbrido com aulas e apresentações virtuais e presenciais.

- **Coral Infanto Juvenil**, **Italiano e Orquestra de Scaleta**

- **Orquestra de Violões**
- **Orquestra de Ukulelê**
- **Orquestra de Violino**
- **Banda Marcial Mirim Adalgiza Fernandes Marvila**

Projeto Social Laviola Tênis Clube: O Projeto Social Laviola Tênis Clube tem como objetivo auxiliar o aluno no seu desenvolvimento intelectual integrando a cultura corporal, além do físico, motor e social. Promover as capacidades cognitivas, afetivas e de interação sociocultural dos alunos, por meio de aulas de tênis que são ministradas semanalmente aos alunos. O projeto ficou suspenso no ano de 2020, em decorrência da Pandemia, entretanto, retornou a partir do 2º semestre.

Projeto Social Canoa Havaiana "Amigos da Canoa": O Projeto Social Canoa Havaiana tem por objetivo contribuir com o processo de democratização, garantindo condições de acesso as práticas esportivas aos adolescentes da Rede Municipal de Ensino. Assim como promover a oportunidade de convívio e de inserção social por meio do esporte, incentivando a preparação técnica para os alunos que desejarem seguir o esporte, tornando-se um atleta de alto rendimento. O projeto ofereceu 24 (vinte e quatro) vagas para alunos de 13 a 18 anos, onde passaram por três etapas até chegar aos finalistas. A modalidade Canoa Havaiana terá início no ano letivo de 2022.

Programa Rede Escolaí: O Rede Escolaí é um Programa de Integração Escola Família Comunidade nas escolas municipais, estimulando a mobilização de vários atores pela melhoria da Rede Pública de Ensino, e a Gincana da Comunidade Educativa é a principal ação estratégica. O Rede Escolaí no ano de 2021 funcionou no formato de Lives.

Programa Saúde na Escola: O Programa Saúde na Escola (PSE) visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da Rede Pública de Ensino.

Programa Ecoviver: O Projeto Ecoviver, foi criado em 2006, é viabilizado pela lei de incentivo à cultura (Lei Roaunet), do **Ministério da Cultura**, e é patrocinado pelo Grupo **EcoRodovias.** A cada edição anual, durante as atividades escolares, alunos e professores que estão envolvidos no Projeto Ecoviver realizam ações de transformações socioambientais no entorno da sua comunidade escolar, por meio de atividades relacionadas às questões da sustentabilidade e das artes cênicas. O projeto promove e realiza atividades de formação aos professores, reuniões de organização e mostras artísticas de teatro, gerando reflexão, senso crítico e mudança de comportamento. Todas as atividades do ano de 2021, foram desenvolvidas de forma online com acompanhamento por meio de relatos e atividades encaminhadas por e-mail. A culminância do Projeto Ecoviver aconteceu no auditório do Sesc de forma presencial com o teatro “As aventuras de Lola”.

Projeto Olimpíada Municipal de Matemática – CACTUS: O Projeto surgiu a partir do sonho de jovens em retribuírem oportunidades de desenvolvimento para alunos de escolas públicas em nosso país. A Associação Cactus acredita que juntos, podemos transformar realidades e quebrar ciclos sociais. O objetivo da Olimpíada Cactus é oferecer alicerce para os alunos do Ensino Fundamental II de escolas públicas, para que possam competir em olimpíadas de matemática e outras, a nível nacional, fornecendo assim, uma base estudantil necessária para sua evolução na vida escolar.

Projeto MPT na Escola: O Projeto MPT na Escola consiste na seleção e premiação dos melhores trabalhos literários, artísticos e culturais produzidos pelos alunos das escolas públicas que participam em todo o território nacional. O objetivo é fomentar a participação de crianças e adolescentes nas ações de mobilização, conscientização e prevenção do trabalho infantil e da proteção do adolescente trabalhador. Tema gerador: Erradicação do Trabalho Infantil nas modalidades – música, conto, poesia e desenho.

Livro Didático: Realizado pela SEMED/GPPE, consiste na organização e gerenciamento de todo PNLD 2019/2021, para as escolas urbanas e rurais. O sistema PDDE Interativo é o principal meio de comunicação entre as redes de ensino e o FNDE. Todas as ações referentes à execução do PNLD são executadas nesse sistema. É no PDDE Interativo que as escolas e secretarias de educação realizam a adesão ao PNLD, a escolha do Livro

Didático, os pedidos de remanejamento e de reserva técnica. Em 2021 ocorreu a escolha do PNLD da Educação Infantil que serão utilizados no ano de vigência do Programa.

Concurso de Desenho, Poema e Fotografia - "Guarapari 130 anos de História: celebrando seus encantos": No mês de setembro comemoramos o aniversário de Guarapari. Em decorrência da pandemia, que inviabilizou a realização de eventos presenciais, foram realizadas ações em formato virtual para celebrar os 130 anos de Emancipação Política da cidade.

Bibliotecas Escolares: O atendimento das Bibliotecas Escolares em 2021 deu-se de acordo com as normas e protocolos sanitários conforme orientações presentes na Recomendação Técnica 001/2020 (Ações qualificadas de enfrentamento ao novo Covid-19 para a reabertura de bibliotecas públicas municipais ligadas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo SEBP-ES) e ao Plano de Retorno às aulas presenciais da Secretaria Estadual de Educação (SEDU) do Governo do Espírito Santo.

Biblioteca Municipal: A Biblioteca Municipal está situada no Complexo Esportivo e Cultural Maurice Santos, onde atende a toda comunidade com acervos literários. O atendimento na Biblioteca Municipal em 2021 deu-se de acordo com as orientações passadas pelas formações do SEBP, seguindo a Recomendação Técnica 001/2020. Assim, pôde-se adaptar os protocolos a nossa realidade e dar continuidade ao atendimento da Biblioteca Municipal.

Para estreitar os laços e melhorar a comunicação e o acesso da comunidade com a biblioteca, criamos uma rede social na plataforma digital Instagram (@bibliotecaguarapari), que permite divulgação dos serviços da biblioteca e maior aproximação com os usuários. Viabilizado pela criação da rede social, lançamos o projeto "Foi assim que eu ouvi falar", com o objetivo de contar lendas de Guarapari por meio da manipulação de fantoches em vídeos divulgados no Instagram da Biblioteca e no canal do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTE) na plataforma youtube. O projeto está sendo desenvolvido e já foram publicadas duas lendas: A Lenda da sereia de Meaípe e Lenda de Mae-Bá).

Complexo Esportivo e Cultural "Maurice Santos"

O Complexo Esportivo esteve em funcionamento durante todo o ano letivo de 2021, no período de fevereiro a agosto as atividades foram desenvolvidas no formato remoto conforme Decreto nº 203/2020, que prevê a suspensão das aulas em decorrência da Pandemia de Covid-19. A partir do mês de agosto as atividades retornaram ao formato presencial respeitando todos os protocolos sanitários. Assim, oferecendo atividades complementares aos alunos da Rede Municipal de Ensino, como: práticas de atividades desportivas e culturais, recreativas, lúdicas e de lazer, com estímulo à saúde, disciplina, responsabilidade e qualidade de vida. O Complexo Esportivo atende à necessidade do desenvolvimento do Desporto Escolar e demandas de eventos realizados por nossa secretaria, em local apropriado e estruturado.

Núcleo de Tecnologia Educacional

No ano de 2021, os servidores dos Laboratórios de Informática que trabalharam na função de Monitor de Tecnologia Educacional da Rede Municipal de Guarapari, atuaram como facilitadores do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDICs) nas unidades escolares. A carga horária dos Monitores de Tecnologia Educacional foi estruturada de acordo com o número de turmas e com as demandas de cada escola. Ao todo, 36 Monitores de Tecnologia Educacional trabalharam entre os três turnos no atendimento aos alunos, professores e equipe pedagógica de forma a tornar as aulas mais midiáticas e agradáveis. A Equipe Técnica no ano de 2021, atendeu a 521 chamados técnicos de reparo e manutenção nas 64 (sessenta e quatro) escolas da Rede Municipal. Além do preparo e entrega de 291(duzentos e noventa e um) novos computadores aos setores administrativos e pedagógicos das escolas.

a) Acompanhamento e análise dos relatórios mensais dos Monitores de Tecnologia Educacional;
b) Visitas Pedagógicas;
c) Programa de Atividades Complementares (PAC);
d) Publicações Oficiais;
e) Programa de Inovação Educação Conectada;
f) Cursos na área da Educação Tecnológica;
g) Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa;
h) Oficina de Robótica Educativa;
i) Auxílio Tecnológico.

Formação Continuada

O setor de formação continuada em 2021 realizou um trabalho de continuidade e expansão das ações dos anos anteriores, pensando no acesso e profissionalismo dos nossos docentes, gestores escolares e a comunidade externa em diversos cursos em tempos de pandemia. Desta forma, o planejamento e a execução das ações foram prioritariamente na oferta de formações por meio da Educação à Distância (EAD) realizadas pela própria Secretaria Municipal da Educação de Guarapari (SEMED) e no monitoramento dos cursos em parceria com o Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (Cefope).

Rede Física

Considerando que no ano letivo de 2021 foram feitas reformas e manutenções preventivas e corretivas que são constantes e feitas conforme necessidade, nas 64 (sessenta e quatro) Escolas e Creches Municipais, destacam-se:

MANUTENÇÃO GERAL - Informamos que a equipe da Rede Física – SEMED, executou durante o ano letivo de 2021 os trabalhos diários nas Escolas e CEMEI´s Municipais com as seguintes manutenções:

- Manutenção Elétrica geral;
- Manutenção Hidráulica geral;
- Reparos em Gesso;
- Instalação e Confecção de grades;
- Instalação de portas e fechaduras;
- Pinturas internas e externas;
- Reparos na parte estrutural;
- Corte de gramas;
- Manutenção em: Freezers, geladeiras, bebedouros e ares-condicionados;
- Reparos em telhados e troca de telhas;
- Colocação de mantas nas lajes para sanar infiltração;
- Reparos, instalações e adaptações em ambientes escolares para atender exigências do corpo de bombeiros;
- Intervenções de canalização de água pluvial

OBRAS EM ANDAMENTO:

a) Construção da Escola Ormy Loureiro;
b) Construção da EMEF Presidente Costa e Silva;
c) Construção do CEMEI Bairro Portal Clube;
d) Construção do CEMEI Village do Sol;
e) Construção da EMEF e CEMEI Elza Nader;
f) Construção do CEMEI de Pontal de Santa Mônica;
g) Construção do CEMEI Tercília Astori Gobbi;
h) Construção do CEMEI Aldeia de Perocão;
i) Construção do CEMEI Maria Gama;
j) Construção CEMEI Bairro de Fátima Cidade Jardim;
k) Construção da Nova sede EMPEIEF Emília Ana de Lyrio em parceria com a Samarco.

Alimentação e Nutrição Escolar

Entregas do kit merenda

Em 1º de março de 2021 iniciou o modelo presencial de ensino, encerrando no dia 16 de março de 2021, havendo a distribuição da merenda escolar, seguindo as normas de higienização segundo o FNDE, Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

O modelo remoto de ensino se iniciou em março de 2021 até dia 21 de junho de 2021. Em virtude dessa modalidade, foram distribuídos kits de merenda escolar para os alunos matriculados na rede, que eram cadastrados no bolsa família, as entregas ocorreram em maio e em junho, em toda a Rede Municipal de ensino.

O modelo híbrido de ensino que teve início no dia 21 de junho até 16 de dezembro de 2021, como opção de ensino com maior aceitabilidade pelo pais e responsáveis dos alunos matriculados na rede, seguindo o setor de merenda e nutrição o cronograma de entrega da alimentação escolar de forma semanal, quinzenal e mensal, todas as modalidades de ensino: Fundamental (PNAEF), Pré-Escola (PNAEP), CEMEI (PNAEC) EJA, AEE.

Nos dias 15 de dezembro até o dia 23 de dezembro de 2021 foram entregues os kits merenda para todos os alunos matriculados na rede municipal, bem como APAE,

Pestalozzi e Creche Alegria, totalizando 21 mil kits (vinte e um mil) entregues em toda rede, sendo entregues

SETOR DE TRANSPORTE

No ano letivo de 2021, a Gerência de Transporte Oficial e Escolar da Semed, em sua frota contou com 26 (Vinte e seis) veículos próprios e 04 (Quatro) veículos terceirizados, sendo: 09 (Nove) veículos leves e 21 (Vinte e um) pesados.

Os veículos leves atenderam a diversos setores da SEMED, tais como: Gerência Administrativa, Gerência de Compras, Gerência de Serviços Gerais, Gerência de Projetos e Planejamentos Educacionais (GPPE), Rede Física, Apoio ao Educando, Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), Gerência de Recursos Humanos (GRH), Pedagógico e Gabinete e algumas Secretarias Municipais, destacando que esses atendimentos foram feitos dentro e fora do município.

Os veículos pesados: Ônibus, Micro-ônibus, Sprinters, Masters, Kombis e Caminhões, atenderam ao Transporte escolar, ao setor de Apoio ao Educando e o setor de Obras, Rede Física; contamos ainda com 01 (Uma) Kombi e 01 (Um) caminhão terceirizados (F4000) para atendimento ao setor de Rede Física, 02 (Duas) Kombis terceirizadas para atendimento as rotas escolares, além das 06 (seis) empresas terceirizadas:

Iniciamos em 2021 com o número aproximado de 1.830 (Hum mil, Oitocentos e trinta) alunos para utilização do transporte escolar. Sendo o atendimento os alunos da Rede Municipal Rural, alunos com deficiências especiais e também atendemos a APAE. Em junho nossas atividades junto às escolas escolares voltaram presencialmente.

4.6 – AÇÕES EM OBRAS PÚBLICAS

Compete a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos coordenar o desenvolvimento de projetos e a execução de obras públicas no Município, a exemplo:

a) Projetos de obras, pavimentação, infraestrutura, moradia e saneamento básico relativo ao sistema de drenagem tanto na área urbana como rural;

b) Exercer todas as atividades ligadas à manutenção em todo o município;

c) Promover a manutenção e guarda das máquinas e equipamentos e elaborar a programação de uso nos diversos serviços a serem realizados;

d) Monitorar e avaliar a realização de obras públicas; coordenar a fixação de metas e diretrizes que viabilizem a implementação de obras relativas aos sistemas viário e rodoviário municipal;

e) Planejar, acompanhar e fiscalizar a execução de trabalhos topográficos e geotécnicos das obras municipais;

f) Planejar, implementar, executar e avaliar o processo de contratação de obras e serviços referentes aos planos, programas e projetos de obras de manutenção, saneamento básico relativo ao sistema de drenagem, pavimentação, infraestrutura e moradia, em colaboração com outros órgãos e entidades da Administração Municipal;

g) Administrar, fiscalizar, implantar, regular e racionalizar os serviços urbanos em cemitérios públicos, Aeroporto Municipal e Defesa Civil;

h) Projetar obras e serviços de interesse metropolitano; atender e orientar, com cordialidade, a todos que buscam informações, apoio e serviços a serem prestados no interesse do desenvolvimento urbano;

i) Vincular suas ações à paisagem da Cidade de modo a mantê-la sempre atrativa e saudável, objetivando o cumprimento da sua vocação turística, priorizando essas ações em prol do bem-estar da população e do desenvolvimento das atividades turísticas; entre outros.

4.6.1 Ações realizadas durante o Exercício de 2021:

a) Limpeza de valas, córregos, desobstrução de bueiros, redes de drenagem, caixas de passagem, poços de visita, capina, roçagem e outros;

b) Manutenção, conservação e recuperação de vias com pavimentação e sem pavimentação: tapas buracos, execução e reparo de meio fio; patrolamento de estradas;

c) Construções de caixa de passagem, caixa de captação, poços de visitas, poços de passagem, assentamento de manilhas, desobstrução de redes pluviais e esgoto,

recuperação de calçadas e pavimentos em bloquetes, construção de muros, rampas, rede de drenagem e outros;

d) Elaboração de planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros;

e) Acompanhamento das obras públicas contratadas;

f) Manutenção dos diversos prédios públicos do Município de Guarapari;

g) Manutenção dos equipamentos públicos.

4.7. AÇÕES EM SAÚDE

A Programação Anual de Saúde – PAS 2021 coaduna-se com as ações previstas no Plano Municipal de Saúde 2018-2021, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em 22 de fevereiro de 2018 através da Resolução nº 002/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo em 28/02/2018, levando-se em conta as propostas apresentadas pela sociedade durante a 3ª Conferência Municipal de Saúde ocorrida em setembro de 2017.

A PAS 2021, consequentemente, harmoniza-se com o Item 3 do PMS - 2018-2021 que prevê as prioridades e metas para os exercícios compreendidos na vigência do Plano Municipal de Saúde.

As ações contidas nesta Programação Anual de Saúde são as medidas, ou iniciativas concretas a serem desenvolvidas, enquanto as metas anuais expressam quantitativamente as ações definidas.

4.7.1 Atenção Primária

A Atenção Primária a Saúde, possui a função de garantir o acesso da população a uma saúde integral, coordenada e longitudinal; portanto, é preciso a manutenção das ações próprias da atenção primária, em especial o monitoramento dos casos crônicos, afinal as pessoas continuarão tendo pressão alta, diabetes, tuberculose, dentre outros, pois, além de serem de um grupo de risco, é possível que a mortalidade e a morbidade desse grupo aumentem em função da diminuição das ações preventivas e curativas no período de pandemia.

Ressalta-se que a pandemia de Covid-19 impactou nos processos de trabalho em saúde no ano de 2021, a emergência da pandemia de Covid-19 desafiou a Atenção Primária à Saúde a modificar seus processos de trabalho para mitigar sua ocorrência.

4.7.2 Saúde Bucal

Mesmo com o aumento populacional estimado em 1,5% no ano de 2021, em comparação com o ano anterior, o Município ampliou a cobertura de saúde bucal na atenção básica conforme dados do e Gestor. (Fonte: e-Gestor AB).

4.7.3 Saúde Mental

Cabe ponderar os desafios em produzir saúde mental em meio a pandemia SARS-CoV-2, o que exigiu de os profissionais da ponta organizar e pensar em nossas formas de produzir intervenções de acordo com os limites impostos tanto pelo ministério da saúde, quanto pelos mapas de risco estadual, bem como, pelos respectivos conselhos de classe.

Os esforços em trabalhos e reuniões intersetorial foram primordiais para ampliação do trabalho em saúde mental que se faz em todos os equipamentos do SUS, SUAS e Educação para realização de um projeto terapêutico singular que vise o sujeito biopsicossocial para além do fenômeno psicopatológico.

Destaca-se as novas formas de produzir saúde mental, com salas de espera, com formas de elucidar, orientar os usuários da saúde nos momentos em que necessitavam de outros atendimentos em saúde, bem como, marcação de consultas, agendamentos e acolhimentos por telefone aos usuários enlutados e os demais que necessitassem de atendimento breve.

4.7.4 Unidade de Pronto Atendimento

O ano de 2021 demonstrou um ano de grandes desafios para o sistema público de saúde e principalmente para a UPA-24h que concentrou todo o fluxo de atendimentos relacionados a COVID-19 e mesmo diante de tantas dificuldades foi possível cumprir com êxito a maioria das ações.

Considerando a situação de pandemia da Covid-19 e ressaltando a oportunidade de união e colaboração com a equipe multiprofissional de saúde, a equipe de profissionais da UPA

liderou um amplo movimento de elaboração de fluxogramas e protocolos de atendimentos; Acolhimento, Capacitações, Orientações e Qualificações aos Profissionais de Saúde da nossa Unidade; enfatizando, a construção de um espaço somente para atendimento aos pacientes com sintomas gripais.

A pandemia da Covid-19 trouxe consigo inúmeros desafios para toda a sociedade. A educação em saúde contribuiu criando pontes aplicando informações com material educativo de acordo com a realidade. Com a suspensão das aulas e o desenvolvimento de atividades extra-curriculares ações e capacitações da educação em saúde, porém os enfermeiros receberam protocolos sobre os fluxos

4.7.5 Assistência Farmacêutica

Foram realizados processos de compras de todos os medicamentos contemplados na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) porém, como aconteceu em todo o país, devido a pandemia houve desabastecimento de medicamentos pela alta demanda, alto grau de dependência externa de matéria-prima, queda na produção de insumos farmacêuticos, e valores acima dos preços praticados devido à desvalorização cambial, o que inviabilizou entrega de alguns medicamentos e ocorreu pedidos de cancelamentos de itens por parte das empresas ganhadoras dos certames.

Essa crise no mercado nacional dificultou também a aquisição de outros medicamentos que não compõe substâncias de combate aos sintomas da SARS-CoV-2 e estão elencados na REMUME e para cada item cancelado pelos fornecedores, foram abertos novos processos de compras.

Mesmo diante das dificuldades apresentadas, o nosso índice de abastecimento Municipal publicado quinzenalmente no Site de Prefeitura é considerado satisfatório. Variando no ano de 2021 de 85% a 90% nos componentes básicos e 100% nos componentes estratégicos. Mesmo diante do grande desafio imposto pela pandemia, a Secretaria Municipal de Saúde garantiu a provisão de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para suprir as necessidades de todas as unidades básicas de saúde e Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

4.7.6 Vigilância Em Saúde

As ações da Equipe de Vigilância em Saúde foram realizadas dentro das condições possíveis devido a pandemia do covid-19, tomando todas as medidas de prevenção, conseguimos levar todas as orientações e medidas de prevenção a equipe de enfermagem, agentes comunitários de saúde, médicos, e auxiliares de serviços gerais, devido a intoxicação exógena, descartes e cuidados com materiais perfuro-cortantes, tabagismo, prevenção contra o novo coronavírus.

O Setor da Vigilância Sanitária do Município de Guarapari além das suas ações do dia a dia a dia (como: inspeção e licenciamento de processos) atuou em ações para o combate à proliferação do covid-19, onde atendemos denúncias de comércio irregulares e pessoas contaminadas que não estão cumprindo o isolamento. Além das ações em conjunto com outros setores da Prefeitura Municipal de Guarapari.

4.7.7 Imunização

O início da vacinação nos trouxe novas esperanças, certamente é uma medida fundamental para o controle da pandemia e execução das atividades na Educação em Saúde. Com isso o retorno das ações e capacitações comunitárias após a covid-19 privilegiará o município como local para o desenvolvimento de ações intersetoriais e de promoção da saúde, reduzindo a incidência de agravos a Saúde.

Uma atenção básica resolutiva é capaz de tratar cerca de 80% dos problemas de saúde da população. Ganha o sistema, que consegue atuar com maior eficiência, e ganha a população, com a redução do agravamento de doenças crônicas e outras condições.

4.7.8 Ouvidoria

Destaca-se o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria SUS de Guarapari na sua função precípua e diante dos munícipes que através dos nossos canais de acesso buscam soluções e melhorias em seu bairro ou então dos serviços públicos disponibilizados para a população, assim como, pedidos de informações, em conformidade com a LAI (Lei de Acesso à Informação) e por fim, promover elogios. Desse modo, cumpre descrever o papel desempenhado pela Ouvidoria, como órgão auxiliar, independente, permanente e com autonomia administrativa e funcional. Tem por objetivo apurar as demandas relativas à prestação dos serviços públicos da administração pública municipal direta e indireta, bem

como das entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos na prestação de serviços à população

4.7.9 Controle Social

Considerando que o ano de 2021 a Pandemia do COVID-19 impossibilitou que fossem realizadas ações propostas pelo Plano, de modo que para cumpri-las havia a necessidade dos participantes na maioria das vezes se reunirem onde não seria possível e recomendado.

4.8 AÇÕES EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Pública de Assistência Social, consoante disposto em sua lei orgânica, realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Sob essa perspectiva, objetiva: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; contribuir com a inclusão e a eqüidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

O público usuário da Política de Assistência Social, por sua vez, são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

É nesse contexto que a Secretaria Municipal de Trabalho Assistência e Cidadania -

SETAC, desenvolve suas atividades, visando garantir a todo cidadão o direito à família, à infância, à adolescência, à velhice, à integração comunitária e social, através do desenvolvimento de programas/projetos/benefícios e ações que visam atender as necessidades básicas da população.

4.8.1 Central do Cadúnico e Programa Bolsa Família

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de agosto de 2021, 6.167 famílias, representando uma cobertura de 95,0 % da estimativa de famílias pobres no município. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 335.960,00 no mês.

A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza e as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

A partir de dezembro/2021, começou o pagamento do novo auxilio anunciado pelo Governo Federal, através do Ministério da Cidadania onde trata da mudança do Bolsa Família para Auxilio Brasil, com reajuste do valor do Benefício, conforme Decreto nº 10.852 de 08 de novembro de 2021, instituído pela medida provisória nº 1061, de 09 de agosto de 2021. Com isso a demanda de cadastro novos e informações aumentou significativamente.

As ações itinerantes do Cadastro Único levam o serviço da assistência social a comunidades e a população que tem maior dificuldade de acesso ao serviço. Essas ações visam promover orientações e informações, apresentar as regras do programa, atualizar e efetuar novos cadastros.

4.8.2 Centro De Referência Da Assistência Social (CRAS)

Compreende-se que o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS o espaço destinado ao desenvolvimento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais de

Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, local de acolhimento, convivência e socialização das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Com efeito, destacam-se como principais funções do CRAS: a oferta do serviço PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) e outros serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica, para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; a articulação e fortalecimento da rede de Proteção Social Básica local; a prevenção das situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

O Município de Guarapari possui 3 (três) núcleos de CRAS, subdivididos em territórios, a saber o CRAS de Olaria, o CRAS DE Santa Mônica e o CRAS de São José.
As formas de acesso aos CRAS são por meio de procura espontânea, busca ativa (quando há solicitação dos próprios usuários ou a equipe identifica a necessidade), por meio de encaminhamentos da rede socioassistencial e das demais políticas públicas.
Diante das informações disponíveis através da coleta de dados mensais dos três equipamentos do CRAS, é possível observar os seguintes dados:

DADOS CRAS				
DADOS DE REFERÊNCIA – ANUAL 2021	**CRAS STA. MÔNICA**	**CRAS SÃO JOSÉ**	**CRAS OLARIA**	**TOTAL**
Total de Famílias Acompanhadas - PAIF	615	1314	735	2664
Nº CADASTRO NOVO	415	1015	551	1981
Volume de atendimento individualizados realizados	4265	3580	3591	11436
N° De Encaminhadas Para Rede Socioassistencial	421	66	175	662
N° famílias encaminhadas para rede externa	405	33	91	529
Atendimento psicossocial	421	379	41	841
Atendimento social	950	2152	437	3539
Atendimento psicológico	69	735	307	1111
Atendimento BPC	146	95	95	336
Demanda cesta básica (solicitadas)	1292	2655	2534	6481
N° total de cestas básicas entregues	856	2730	2598	6184
visitas institucionais	4	0	11	15

Nº visita domiciliar	52	34	71	157
Visitas domiciliares famílias de extrema pobreza	41	18	47	106
Encaminhamento de CPF	1	3	7	11
Encaminhamento De Foto	9	33	61	103
Encaminhamento De RG	0	0	15	15
Certidões Requeridas	17	27	45	89
Certidões Entregues	4	11	50	65

4.8.3 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

A unidade oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), e Serviço Especializado de Atendimento Domiciliar (Sead).

Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no Creas também se oferecem informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estímulos à mobilização comunitária.

O Creas atende famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência, violência sexual, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos, entre outras, de forma gratuita por se tratar de uma unidade pública.

Destaca-se que em 2021 foram realizadas inúmeras ações, dentre elas: divulgação e sensibilização sobre o isolamento social e os canais de atendimento em caso de violência doméstica; participação na campanha do dia nacional de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes; do dia do idoso e o retorno mensal do grupo de mulheres, que também recebeu a campanha agosto Lilás, (com palestras e distribuição de brinde) e o outubro rosa, dentre outras.

O CREAS também realizou palestra em parceria com o CRAS Santa Mônica no mês de novembro, realizando a condução do grupo de homens falando sobre “O Homem e a Assistência Social” e sobre o Novembro Azul. Também foi realizada Roda de Conversa no

CAPS, com participação dos usuários e equipe técnica e participação no evento do Dia da Cidade, buscando informar sobre o serviço e dar orientações, dentre outras.

4.8.4 Serviço Especializado de Atendimento Domiciliar para Pessoa Idosa – SEAD

O Serviço Especializado de Atendimento Domiciliar para Pessoa Idosa – SEAD executado no Município funciona no espaço do CREAS, pretendendo proporcionar o atendimento especializado a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, que possuam limitações para realização de Atividades para a Vida Diária (AVD), **com grau de dependência II e III** (ANVISA), que apresentam dificuldades de mobilidade, acessibilidade e em situação de violações de direitos, como também seus cuidadores e familiares.

O Serviço Especializado de Atendimento Domiciliar para Pessoa Idosa – SEAD através da equipe realizará **o atendimento no domicílio do usuário.** O atendimento a esse público ocorre de forma a promover o acesso aos serviços socioassistenciais, as demais políticas públicas setoriais e aos Sistemas de Garantia de Direitos, visando à manutenção do usuário no núcleo familiar, sendo o mesmo entendido como um lugar seguro, capaz de aumentar a sua qualidade de vida.

4.8.5 Projeto Novos Rumos - (LA/PSC - CREAS)

O Projeto Novos Rumos oferece oficinas de Beach Soccer, Inglês e Capoeira (Semanal), bem como visita cultural (bimestral), reuniões de pais (Mensal) e grupo de vivência (Mensal), realiza reuniões mensalmente com os responsáveis dos socioeducandos, e reuniões semanais com a comissária da Vara da Infância e Juventude deste Município, reuniões com o IASES quando necessário, e reuniões intersetoriais para estudos de caso. Já as visitas domiciliares e visitas institucionais acontecem semanalmente.

O atendimento não permanece circunscrito somente ao adolescente, mas também ao seu grupo familiar, no qual é realizado atendimento, escuta, e intervenções sociais, que tem como foco principal os fatores referentes à prática infracional que envolvem trajetória sócio-histórica da família e do adolescente, análise das demandas apresentadas por eles, leitura dessas demandas e identificação de outras demandas que, até mesmo, a família e o adolescente não tenham percebido.

4.8.6 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP

A configuração de Centro POP em Guarapari, se deu em 2017, quando antes era considerada Casa Dia, com a reestruturação do serviço, houve uma ampliação do atendimento e ganho na qualidade das intervenções. Em 2019 foi inaugurado o Centro POP em Guarapari e em agosto de 2020 transferiu-se para a sede própria, em Perocão, um grande avanço no município enquanto política pública, pois saiu de uma estrutura de imóvel alugado, para imóvel próprio.

Quando chegam ao equipamento, encaminhados pela Abordagem, Rede ou espontaneamente, são acolhidos na sua demanda, cadastrados e o primeiro movimento é busca pela documentação, daqueles que não possuem. Contato com familiares para o retorno, é o que chamamos de recambiamento. Compra-se a passagem e a equipe o acompanha no embarque ao ônibus que os levarão de volta para casa. Esse recambiamento é feito de forma rigorosa pelos técnicos, a passagem somente é comprada quando conseguimos contato com algum familiar que o receberá e o intuito é tirá-lo da rua, que encontre uma morada digna, uma acolhida e não somente que deixe as ruas, porque isso caracteriza uma prática higienista.

Em relação a dependência de drogas, encaminha-se para o Caps, para o Centro de Acolhimento e Atenção Integral sobre Drogas - Caad que funciona na Capital, Vitória e há os que preferem as Comunidades Terapêuticas Religiosas, que há parceria tanto dentro do município, do Estado e de outros Estados também.
Ao mercado de trabalho, currículos são elaborados no Centro POP, encaminhamentos para o mercado com vagas acordadas.

4.8.7 Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS

O serviço especializado em abordagem a população em situação de rua existe no município de Guarapari, desde 2005. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.

O serviço configura-se como um importante canal de identificação de situação de risco pessoal e social que podem, em determinadas situações, associar-se ao uso abusivo ou dependência de drogas. Ofertado no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Serviço de Abordagem Social deve garantir atenção às necessidades mais imediatas das famílias e dos indivíduos atendidos, buscando promover o acesso à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

4.8.7 Centro Dia de Referência para Pessoa com Deficiência (CDR – PD/CREAS)

O Centro Dia de Referência da Pessoa com Deficiência é um serviço especializado da assistência social de média complexidade, vinculado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Inaugurado em Guarapari-ES, em 21 de outubro de 2014, visa atender a jovens e adultos na idade de 18 a 59 anos, de ambos os sexos, com deficiência e dependência, necessitando de apoio na realização de várias atividades de vida diária (AVD's) e que se encontram em situação de violação de direito. Os usuários do Centro Dia são também, preferencialmente, beneficiários do BPC-LOAS (Benefício de Prestação Continuada) que se encontram em situação de pobreza incluída no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico.

A equipe recebe as demandas através da rede de serviços do município, por busca ativa ou por demanda espontânea. Para inserção de usuários é realizada, pela equipe técnica, acolhimento, triagem e avaliação na medida em que seja identificada a necessidade de trabalhar com os usuários e respectivas famílias a autonomia e a superação da violação de direitos. A equipe do Centro Dia, realiza ainda atendimentos individuais e coletivos tendo como recursos as visitas domiciliares, concessão de benefícios, encaminhamento a rede interna e externa (saúde, educação, INSS, MP, etc.), ações comunitárias, estudos de caso, grupos e oficinas.

Os atendimentos realizados no serviço são interdisciplinares, sociais (AS), psicológicos, terapêuticos ocupacionais, nutricionais, psicossociais e sócio ocupacionais. O serviço é ofertado em duas modalidades, atendimento no equipamento durante o dia e na modalidade de atendimento domiciliar para usuários acamados. Vale destacar, que o técnico responsável pela atribuição de terapêutico ocupacional, manteve-se de licença até final de setembro, retornando as atividades somente no início de outubro.

4.8.8 Centro de Apoio à Mulher "De Todas As Marias" - (CREAS)

O Centro de Apoio à Mulher é direcionado a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com objetivo de oferecer suporte às que sofreram agressões físicas e/ou psicológicas, como também disponibilizar orientações jurídicas para futuras ações legais e assistência psicossocial.

4.8.9 Serviço de Acolhimento Institucional I - "NOVA VIDA"

O Serviço de Acolhimento Institucional I "Casa de Passagem Nova Vida" destina-se ao abrigo provisório com atendimento e proteção integral a crianças de 0 (zero) à 12 (doze) anos incompletos, de ambos os sexos, em situação de risco pessoal e social, cujos direitos foram violados (abandono, maus-tratos, violência física, sexual, psicológica ou abandono, em risco pessoal e social), por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.

4.8.9 Serviço de Acolhimento Institucional II – PEQUENO CIDADÃO

O acolhimento Institucional II se classifica como Serviço de Proteção Especial de "alta complexidade" (direitos violados e privados do convívio familiar). Objetiva garantir a proteção integral a adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social, com violação de direitos e fragilização dos vínculos familiares, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude e/ou pelo Conselho Tutelar.

4.8.10 Programa Família Acolhedora e Extensa

O Programa Família Acolhedora e Família Extensa é uma política pública municipal de proteção social especial de garantia de direitos e tem por objetivo assegurar a convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes, quando se faz necessário por algum motivo relevante o afastamento temporário da família de origem.

Por meio de programa as famílias e crianças egressas do acolhimento institucional são acompanhadas pelo período de 6 (seis) meses, concomitante ao acompanhamento realizado pela equipe técnica dos acolhimentos e também dos CRAS de referência. Trata-se de reintegração familiar que requer ações específicas junto ao território, onde esta nova configuração familiar venha se estabelecer, portanto, nos CRAS e CREAS onde

acompanhamento destas famílias residem, conforme a Política e o SUAS assim estabelece.

4.8.11 Residência Inclusiva

A Residência Inclusiva é uma unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, para jovens e adultos na faixa etária de 18 à 59 anos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, em residências adaptadas, com estrutura física adequada, localizadas em áreas residenciais na comunidade. Ressalta-se que, com o desenvolvimento das atividades, foi possível ofertar de forma qualificada a proteção integral dos usuários; promover a inclusão dos usuários na vida comunitária e social; contribuir para a interação e superação de barreiras; contribuir para a construção e fortalecimento da autonomia.

4.8.12 PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O PETI possui abrangência nacional e desenvolve-se de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil. Seu objetivo é contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos em situação de trabalho e, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

No município de Guarapari a identificação do público alvo é realizada através da equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social, que busca sensibilizar, colher dados e encaminhar os casos encontrados à rede socioassistencial. O PETI também oferta ações de proteção social, tais como a inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a inclusão no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ambos executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). As ações do PETI também são realizadas nos Centros de Atendimento Especializados da Assistência Social (CREAS), por meio da Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Os usuários também são encaminhados para outros serviços sociais, tais como educação, saúde, trabalho, cultura, lazer e esporte.

4.8.13 Vigilância Socioassistencial

A Vigilância considera ainda as diferentes etapas da vida do cidadão, desde a infância,

passando pela adolescência, idade adulta e terceira idade. Entre suas tarefas, está o acompanhamento dos padrões de oferta dos serviços nas unidades da assistência social, produzindo e sistematizando informações que demonstrem a qualidade dos serviços ofertados.

A vigilância é uma área de gestão da informação dedicada a apoiar as atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais. Trabalha através do fornecimento de dados, indicadores e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos danos.

4.8.13 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do Município de Guarapari – ES, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na lei federal nº 8069/90 e estabelecido pela Lei Municipal Nº 1.310/ 1991.

4.8.14 Sala dos Conselhos

Os conselhos municipais de direito possuem uma central única, chamada “Sala dos Conselhos”, que foi instituída com a finalidade de dar suporte técnico e estrutura as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Conselhos vinculados administrativamente à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania – SETAC.

Tem como objetivo assegurar maior articulação e fortalecimento destes conselhos e ainda de facilitar o acesso da população a eles. Um espaço importante da gestão compartilhada, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, e os conselhos são importantes espaços de proposição e debate sobre as políticas públicas e municipais. Todos se reúnem mensalmente, salvo algumas extraordinárias e tem mandato de 2 anos. A Sala dos Conselhos é um espaço físico de referência onde está vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Trabalho Assistência e Cidadania-SETAC e tem como objetivo assegurar maior articulação e fortalecimento destes Conselhos e ainda facilitar o acesso da população a eles.

4.9 AÇÕES EM TURISMO E CULTURA

A SETEC atuou em 2020 e 2021 em processos administrativos de concessões de equipamentos públicos tais como módulos de banheiros e duchas, quiosques, bistrô gastronômico entre outros.

4.9.1 Live Festa de São Pedro 2021 - 171 anos de tradição

Data da realização: 29/06/2021

Local: Live ao "Vivo" – Transmissão pela TV Guarapari -

Considerando a Pandemia causada pelo vírus COVID-19 que assola o mundo e o Brasil, muitas das ações realizadas pelo ente público e iniciativa privada foram ou estão suspensas, para controle da propagação do vírus. Com isso a Prefeitura Municipal de Guarapari através da Secretaria de Turismo, Empreendedorismo e Cultura – SETEC realizou de forma de "LIVE" transmitida pela TV Guarapari a tradicional Festa de São Pedro, também chamada de Solenidade dos Santos Pedro e Paulo e, sendo comemorada oficialmente em caráter permanente em 29 de junho, tornou-se feriado municipal de Guarapari conforme Lei Municipal nº 2.806/2007, devido a existência de um número significativo de pescadores estarem localizados na Prainha de Muquiçaba, originou-se a Vila de Pescadores logo, São Pedro Padroeiro dos Pescadores de Guarapari.

A celebração tem origem muito antiga no município de Guarapari, que no ano de 2021, completou 171 anos de tradição em comemoração da Festa de São Pedro - Guarapari. A tradicional festividade em honra ao padroeiro dos pescadores, São Pedro acontece anualmente no município de Guarapari, onde a mesma é realizada em parceria com a Associação de Moradores e Pescadores da Prainha de Muquiçaba.

4.9.2 Cursos de qualificação profissional em parceria com o Sebrae/ES

A Prefeitura de Guarapari, através da Secretaria de Turismo, Empreendedorismo e Cultura (Setec), em parceria com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realizou vários cursos de qualificação e palestras voltadas para empresários, rede hoteleira, artesãos, comerciantes, quiosqueiros e donos de restaurantes, ofertando para este segmento 100 vagas para capacitação. Esses cursos visam a qualificação profissional para o desenvolvimento sustentável do turismo de Guarapari.

4.9.3 Cantata de Natal 2021-" É TEMPO DE ESPERANÇA"

Data da Realização: 22/12/2021 e 23/12/2021

Local: Antiga Matriz - Igreja

O Natal Encantado, é um evento que comemora as festividades de fim de ano –Natal, primando pela valorização do período natalino, o qual visa promover a cultura local por meio das apresentações de coros de vozes, corais dos projetos sócios-educativos com apresentações teatrais culturais. A Prefeitura Municipal de Guarapari através da Secretaria de Turismo, Empreendedorismo e Cultura – SETEC seguiu todos os protocolos sanitários previstos para controle contra a disseminação da doença COVID-19.

4.9.4 Reveillon – 2021/2022

Data da Realização: 31/12/2021

Local: 3 pontos da Praia do Morro, Peracanga, Santa Monica, Siribeira, Setiba e Meaípe.

A Prefeitura Municipal de Guarapari por meio da Secretaria de Turismo, Empreendedorismo e Cultura – SETEC realizou a tradicional queima de fotos do Reveillon em pontos espalhados na cidade para evitar aglomeração das pessoas. Foram 3 pontos da Praia do Morro, Peracanga, Santa Monica, Siribeira, Setiba e Meaípe.

CONCLUSÃO

O Município de Guarapari/ES, no exercício de 2021, mesmo com o avanço da situação pandêmica que se estendeu para o ano de 2021 e o desequilíbrio fiscal vivenciado nesse período em decorrência dos impactos causados pela Covid-19 focou seu planejamento em todas as áreas fundamentais de atuação, concentrando seus esforços em ações para conter os avanços da Pandemia. Embora nem todas as metas foram alcançadas devido à Pandemia, o Município obteve êxito na maioria das ações vinculadas conforme meta prevista.

As ações atinentes à Gestão Educacional restaram prejudicadas, contudo, o município não mediu esforços para realizar com a eficiência necessária o cumprimento de todo ano letivo, de forma a garantir a continuidade da Educação Pública aos alunos da Rede Municipal de Ensino, sendo para tanto, utilizado o modelo remoto de ensino em toda a Rede Municipal.

Diversos serviços de manutenção no Município, tanto na área urbana quanto na área rural, foram executados no decorrer do exercício de 2021, como limpeza, drenagens, manutenção e conservação de vias e inauguração de obras públicas.

E por fim, enfatiza-se a relevância na continuidade das ações desenvolvidas com vistas a conter a emergência em saúde pública, causada pela pandemia da COVID-19. A Secretaria de Saúde seguiu, no decorrer deste exercício, o planejamento reestruturado a fim de garantir atendimento digno às vítimas da Covid na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, oferecendo os exames e medicamentos necessários à população, e ainda suprindo os setores de serviços essenciais com pessoal e equipamentos necessários ao cumprimento das medidas adotadas para a contenção da pandemia.

Portanto, em meio as dificuldades enfrentadas pelo Município, que vivenciou durante todo o exercício de 2021, devido à continuidade do estado de calamidade em saúde pública, considera-se que a Administração vem superando de forma satisfatória os desafios demandados pela situação vivenciada no país.

Guarapari / ES, 25 de março de 2022

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal